

# DOCENTES em DEBATE

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSIND. DA ANDES  
SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
AFILIADA DA CUT

JOÃO PESSOA - PARAÍBA  
UFPB/CAMPUS I - Agosto de 2002 - ANO 2 - Nº 02

## ESTATUINTE

### Professores debatem sobre tema na UFPB

Este segundo número de **DOCENTES EM DEBATE** tem como tema a ASSEMBLÉIA ESTATUINTE, que reformulará os Estatutos e o Regimento Geral da UFPB. Professores de diversos Centros e sócios da ADUFPB-JP assinam artigos de enfoque diverso, embora não necessariamente divergentes. Trata-se de um bom começo de debate. A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP pensa que o momento da Estatuinte é uma oportunidade

impar de por na ordem do dia temas fundamentais da vida universitária, tais como o ensino de graduação e pós-graduação, a avaliação institucional, a extensão e a democracia. Estamos elaborando, para discussão em assembléia, uma proposta de funcionamento da Estatuinte, bem como das condições de trabalho. O futuro ordenamento legal e institucional da UFPB depende do conteúdo desse debate.

## A estatuinte na UFPB

Ademir Alves de Melo

Professor do Departamento de Economia da UFPB.  
Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela  
Universidade de Bremen, na Alemanha

A necessidade de estabelecer um novo estatuto oferece à comunidade universitária uma oportunidade emblemática na luta transformadora que haverá de empreender doravante. Esta convocação da estatuinte representa mais do que um ato eventual, para significar o experimento de um poder democrático que nos exercita e fortalece para a tarefa maior que nos desafia, a tarefa de conquistar a autonomia plena de nossa universidade, condição indispensável para que possa cumprir sua missão em sintonia com o seu destino, tempo e circunstância.

A nossa universidade parou no tempo e perdeu o sentido da realidade em que se insere. Ambos escaparam de sua consciência crítica e de sua capacidade criadora. Sua estrutura orgânica foi imposta ainda no tempo da ditadura, cujo modelo indiferenciado se multiplicou por toda a América Latina. Foi mais um exemplo de submissão aos padrões de dependência que modelam a nossa vida econômica, cultural e política.

O processo estatuinte deve constituir para nós um ponto de ruptura na trajetória de subordinação e conformismo que tem caracterizado o comportamento de nossa universidade. Comportamento pelo qual somos co-responsáveis por nossa postura de indiferença e omissão.

Convocada em momento de crise, vai nos propiciar um espaço de interação com as lutas sociais que agitam a vida do país, e nos fará atores de primeira linha na promoção das transformações desejadas. A universidade é um ser vivo com a responsabilidade especial de captar e mesmo antecipar os anseios e aspirações do organismo social a que pertence.

A nova estrutura que vamos produzir deve responder às exigências dramáticas do momento em que vivemos e à nossa visão de futuro de uma nação soberana, livre e próspera. Faz-se imprescindível a participação da comunidade paraibana no processo de reestruturação, a fim de que os novos conteúdos de pesquisa, extensão e difusão do saber reflitam com propriedade os objetivos do seu desenvolvimento econômico e social. O conhecimento da realidade imediata, nossa responsabilidade intransferível, é o pressuposto necessário da ação pedagógica que transforma.

Não somos inocentes na gênese desse espetáculo de ruínas em que se transformou a universidade pública brasileira. Somos culpados, porque não fomos capazes de construir na consciência da sociedade, que nos cumpre formar, a vigência e a percepção dos valores que ela deve produzir.

Temos nos limitado ao papel de meros repassadores de conhecimentos instrumentais que não criamos e nem sequer cuidamos de adaptar às necessidades mais imediatas do nosso entorno social. Consentimos que nos convertessem em burocratas dispensadores do ensino alienado que racionaliza a ordem estabelecida, em lu-

gar de defendermos corajosamente a missão que nos cabe como agentes formadores do patrimônio intelectual de nossa nacionalidade.

Incapazes de construir uma matriz de valores que nos identificasse com as aspirações mais profundas do país e da região onde atuamos, não conseguimos transmitir à sociedade a noção e o sentimento desses valores que nos fariam essenciais e necessários. A ausência ou falta de nitidez de uma consciência social de nossa missão tornou fácil a este governo dismantelar a universidade pública brasileira, que chega à humilhação suprema de não ter recursos sequer para pagar suas contas de luz.

Graças à nossa omissão e passividade, a universidade pública, a escola pública em geral, está sendo substituída pelo ensino privado, segundo um processo alienante que mercantiliza todos os valores, nos afasta cada vez mais de nossa identidade cultural e aprofunda as nossas dependências de país subdesenvolvido.

O ensino público, em todas as esferas, é submetido à racionalidade dos fins econômicos privatistas, em prejuízo da racionalidade substantiva dos interesses superiores do saber e da soberania nacionais. A pesquisa aplicada, a reflexão crítica, o pensamento libertador, o trabalho científico endógeno, que ampliam o nosso horizonte de aspirações e fortalecem os fundamentos de nossa identidade como povo, são valores não redutíveis a mercadorias de varejo. Eles são os produtos não negociáveis da universidade pública que haveremos de recriar e defender.

Informações on line? Atualize-se! Visite nossa home page: [www.adufpbjp.com.br](http://www.adufpbjp.com.br)



## Estatuante e Soberania



Jaldes Reis de Meneses

Professor do Departamento de História do CCHLA (UFPB).  
Ex-Presidente da ADUFPB-JP (1996).

Foi das mais alvissareiras a decisão do Conselho Universitário de convocar, com o apoio da ADUFPB-JP, do DCE e do SINTESP, uma Estatuinte de reforma dos Estatutos e do Regimento Geral da UFPB. O CONSUNI está de parabéns. Aprovada a Estatuinte, começemos, portanto, o debate.

A grande questão política de todo organismo com o poder de decidir sobre as regras de funcionamento de uma instituição diz respeito à *soberania*. Na peleja da soberania, estamos decidindo sobre o alcance do poder da Estatuinte. Penso que o CONSUNI convocou uma *Assembléia Estatuinte* da comunidade universitária da UFPB, e não um *Colégio Estatuinte* ou um *Conselho Estatuinte*. Ora, se convocamos uma *Assembléia Estatuinte*, será ela que irá decidir, em última instância, sobre a composição da Mesa Diretora, o conteúdo das comissões de trabalho e de sistematização, etc. As propostas em circulação – venham de onde vierem –, são bem-vindas, estimulam o debate e subsidiam as decisões da Assembléia após a instalação. Só. Neste sentido, as atribuições atuais do CONSUNI – e não são poucas – radicam na escolha dos critérios de eleição dos delegados, no percentual de poder dos segmentos da comunidade universitários, na participação da sociedade civil etc.

A Estatuinte acontece num momento especial história da UFPB, um momento de encruzilhada, por dois motivos. Primeiro, uma situação, digamos, geral. Tivemos, nos anos recentes, uma política governamental de vertiginoso crescimento do setor privado do ensino superior, em detrimento das universidades públicas. O Brasil é o único país do mundo no qual existe a excrecência da figura do *dono de Universidade*. Pessoas desinformadas, via de regra, esgrimem o exemplo das universidades norte-americanas: aquelas instituições não são privadas, mas *públicas não-*

*estatais*, no modelo de organização da sociedade civil dos países de origem inglesa. As universidades públicas não podem ser autistas, fingir que nada acontece. A Estatuinte pode mudar a situação? Claro que não! Mas pode explicitar bem o princípio de *público* que deve nortear a instituição, decidindo o caminho de aplicar o princípio constitucional da gratuidade, consagrado na LDB, a todos os serviços oferecidos pela instituição. *Público* e *gratuito* não significam a mesma coisa, mas é difícil, na história brasileira, detectar a presença do público no que não é gratuito.

Segundo, a nossa particularidade, motivo aliás de convocação da Estatuinte: a criação de uma nova universidade – a UFCG – e a redução da antiga estrutura mastodôntica da UFPB a três *campi* (João Pessoa, Areia e Bananeiras). Creio ser demagogia de quinta categoria afirmar que estamos criando uma “nova” Universidade. Este discurso só faz embaçar o movimento histórico da UFPB. Na verdade – se quisermos precisar o conteúdo da tarefa da Estatuinte – estamos *reestruturando* a antiga UFPB. E há muito a fazer na reestruturação.

Precisamos aprender com as experiências positivas de outras Universidades, e também ousar. Sair da rotina. Precisamos repensar o papel das coordenações dos cursos de graduação, dotá-las de mais poder e, principalmente, meios materiais de exercício do poder; regulamentar a Ouvidoria Universitária e o Fórum Universitário; estabelecer critérios internos e pactuados de avaliação institucional, etc. Nada disso é fácil ou atribuição somente da Administração universitária. Deve envolver a comunidade universitária.

Por último, mas não último: tivemos no decênio de 1980 uma voga do problema da democracia universitária. Belas lutas foram encetadas. Apesar dos problemas, podemos afirmar que a UFPB é uma universidade democrática. O desafio atual persiste na defesa e na ampliação da democracia. Com base na realidade da democracia conquistada, jamais abdicando dela, devemos retomar o debate sobre o princípio da liberdade na Universidade. A liberdade de dissentir e a responsabilidade da dissidência, para além de politicagem de ocasião. Liberdade e democracia não são a mesma coisa. Aliás, o princípio básico da vida universitária nunca foi a democracia, mas a liberdade. A Universidade de Pádua, no renascimento italiano, não era democrática, mas era livre: de lá saíram algumas contestações fundamentais ao *status quo* da ordem teocrática. Quando começarmos os trabalhos da *Assembléia Estatuinte*, devemos sempre ter em mente que estamos numa Universidade, que devemos praticar a liberdade. Sem *ethos universitário* não há Universidade, apenas ensino superior.

## Vida é So



Everaldo Vasconcelos

Professor do Departamento de Artes.  
Cênicas pela UFBA. Diretor

A construção de uma universidade é feita através de gerações, em torno de princípios éticos comuns. O aluno participa no seu tempo de uma luta que se desdobra através de sua vida acadêmica, até o exercício da docência. O professor continua novos patamares, sem perder de vista o razoável pensar a utopia do possível: ela Universidade Federal da Paraíba em uma Assembléia e Participativa.

No palco temos a força do destino de 10 de abril de 2002, que, na prática, sociedades, a UFCG e a UFPB, realizando o seu gens. A estória deste duplo nascimento máticas para um dos lados, pois enquadra augúrios da novidade, a nova UFPB encadela e a busca de uma identidade. E esse mesmo é representado por toda uma guerra ceu as primeiras batalhas por uma universidade, entanto, a vida não se escreve de modo herois que assumiram o comando do representam neste palco um novo papel representam o velho papel do rei absoluto.

Cabe a outros personagens a tarefa de renovar o sonho, protagonizando a ação democrática e participativo, contra a ação dos personagens, que investidos da teatralidade conferem tentam construir o seu mundo. Sobre o palco, a vida, em todos os seus aspectos de nascimento e morte. E muitas vezes a liberdade é apenas uma ilusão. Uma grande participação deste magnífico drama: a história por tijolo as potentes muralhas de que parecia inexpugnável.

Sobre as tábuas do tablado move-se o filósofo, um espectro ronda a Universidade da Paraíba. Ele irá tocar as trombetas e anunciar a construção de uma universidade democrática e participativa. É apenas um dos fatos dramáticos de uma história que são ao mesmo tempo espectador e ator. Qual é a estória.

“Uma grande l...  
que partic...  
magnífico dram...  
ver cair tijolo p...  
tes muralhas...  
princípios...  
inexpugnável



inho

celos  
Mestre em Artes  
Teatral

ção ficou para os  
param deste  
a: a grande dor de  
or tijolo as poten-  
de uma carta de  
que parecia  
gnável.”

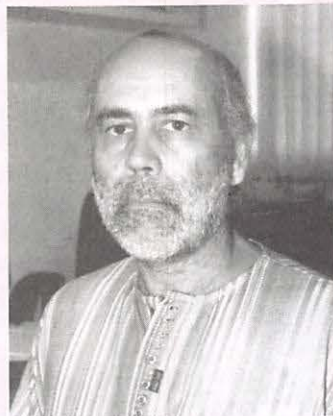
ua uma luta antiga em  
mesmo ideal. Assim, é  
porar o estatuto da Uni-  
sembléa Estatuinte Am-

através da Lei 10. 419,  
criou duas novas univer-  
sidades de velhos persona-  
gem com seqüências dra-  
máticas. Enquanto a UFPA  
vive sob os auspícios de  
um herói à procura de si  
mesmo, a UFPA vive sob os  
auspícios de uma utopia  
possível, agora, melhor  
dizendo, melhor.

fa de lembrar o sempre  
em busca do ideal de-  
mocrático da corte de  
democracia que o papel lhes  
dá à revelia dos demais.  
Aspectos, sofre os ciclos  
de vida que parece ser a re-  
construção ficou para os  
que a grande dor de ver cair  
uma carta de princípios

se uma paixão. Parafraseando  
a Universidade Federal da  
Bahia, a estatuinte é  
participativa. A estatuinte  
é a história. Vocês todos,  
e personagens, sabem

## Estatuinte paritária para a UFPB



Rubens Freire Ribeiro

Doutor em Física. Diretor da VPR Nordeste II do ANDES-SN. Vice-coordenador da Pós-Graduação em Física do CCEM

**A** UFPB vive, atualmente, um momento excepcional da sua história. A criação da UFCG, tendo como base o desmembramento da UFPB, estabeleceu oportunidade para uma grande reflexão sobre a nossa Universidade. Reflexão porque ela, a UFPB, formalmente, se destrói e se recria, e também porque pode, e deve, para a sua recriação, se repensar completamente.

Uma universidade que se pretenda autônoma, que tenha como objetivos a busca do saber e a construção da cidadania, terá como um dos seus pilares a democracia. Um dos marcos da democracia é a participação efetiva dos atores sociais nas determinações coletivas. Portanto, identificamos, nesse momento, uma responsabilidade adicional para as nossas lideranças e direções acadêmicas que é a construção de espaços realmente democráticos para as manifestações das diferentes opiniões e perspectivas sobre a futura UFPB.

Defendo a convocação de uma Assembléia Universitária Estatuinte – AUE ampla e democrática para a UFPB, como instrumento que permitirá o repactuar das mais diversas percepções que circulam na nossa universidade sobre a sua natureza e os seus fazeres. Acredito que o procedimento que melhor atende a esse propósito e que garante a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a vida acadêmica – docentes, estudantes e pessoal técnico-administrativo - e de representação da sociedade civil é o de uma AUE paritária por categoria integrante da comunidade universitária e representação da sociedade civil.

Um motivo para essa proposta é a compreensão de que a Universidade, apesar de ser parte integrante do sistema social onde está inserida, e de reproduzi-lo em seu interior, deve buscar a sua superação. Assim, ela passa a ter como papel fundamental o de ser paradigma e exemplo de espaço educador numa perspectiva realmente democrática. Democracia de oportunidades que supera a limitação restrita do conceito de direitos e deveres sem renegá-lo. Outro motivo, não desvinculado do primeiro, é a crise social em curso no Brasil e a perspectiva de sua intensificação, a exemplo do que está ocorrendo em toda a América Latina, e que diante da qual a Universidade não pode se mostrar ausente, pois, ela é, em muitas circunstâncias, vista como fonte de propostas de alternativas e soluções.

Há algum tempo que, em minha opinião, a UFPB está demandando uma reforma geral dos seus estatuto e regimento que os atualize e que incorpore, de forma democrática, aspectos das novas relações sociais surgidas nesses últimos vinte anos. Exemplificando, com elementos restritos ao mundo da universidade, sem nenhuma ordem de prioridade, temos: a institucionalização dos movimentos docente e de técnicos administrativos; a transição de universidade de ensino para universidade onde a pesquisa e a extensão passam a integrarem, efetivamente, o conjunto das suas atividades; as novas formas de financiamento público e privado do fazer acadêmico; o célere processo de mercantilização da educação superior; os processos participativos de escolha de dirigentes e de gestão pública, etc. No centro das questões destaco a autonomia universitária como foco de debates e disputa de projetos e concepções de universidade e de sociedade.

De imediato, é importante percebermos qual o ambiente onde o debate sobre os novos estatuto e regimento da UFPB se dará, pois, além da situação de crise mundial com repercussões diretas e sobre todos nós, temos nas nossas proximidades a Paraíba com suas demandas e especificidades. Nesse contexto, a UFPB renasce integrada em um sistema estadual de ensino superior público e privado onde estão presentes a UFCG, a UEPB, a UNIPÊ e já próximo de uma dezena de outras instituições privadas incipientes. Em um estado pobre, com índices de desenvolvimento humano e social baixíssimos (metade dos cerca de 2,2 milhões de eleitores são analfabetos), sem tradição na valorização da pesquisa científica pelas classes dirigentes (é exemplar a situação das nossas Fundações de Amparo à Pesquisa, já que na Paraíba são duas formais e de fato nenhuma real), como elemento impulsionador de desenvolvimento social e da democracia como um valor fundamental para essa construção, onde os setores hegemônicos costumam aproveitar-se da fragilidade de organização das classes trabalhadoras para a manutenção de um sistema de dominação conservador.

Nessas circunstâncias o processo de reforma dos estatuto e regimento da UFPB não pode se ater ao atendimento burocrático do demandado pela lei que a instituiu, nem pode ser restrito ao ambiente universitário mas precisa ser uma oportunidade de, de fato, buscarmos transcender a tais limites. Por conseguinte, identifique, nesse momento, uma responsabilidade adicional para as nossas lideranças e direções acadêmicas que é a construção de espaços reais para as manifestações das diferentes opiniões e perspectivas sobre a futura UFPB e a criação de um fórum legítimo de deliberação sobre o novo projeto institucional da UFPB, que será substanciado em seus futuros estatuto e regimento.

Reconheço a legalidade do atual CONSUNI da UFPB para realizar tal tarefa, entretanto, acredito que, frente à excepcionalidade das questões envolvidas, a construção de um fórum de deliberação que o transcenda se faz necessária. Para tal, a primeira etapa seria o próprio CONSUNI abdicar de suas prerrogativas legais e instituir-se para além delas convocando uma ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA ESTATUINTE-AUE e se predispondo, antecipadamente, a acatar as decisões advindas da AUE como o primeiro elemento do pacto político que será firmado entre os envolvidos.



# O Processo Estatuinte

Através do Ofício 008/02, de 15/07/2002, a Diretoria da Aduf me comunica a reativação do informativo Docentes em Debate, cujo "tema proposto para as discussões é o processo Estatuinte implantado, recentemente, na UFPB", e informa que meu "nome foi indicado, em consenso entre os membros da Diretoria, para figurar na relação dos autores que colaborarão com esta edição do Docentes em Debate".

A surpresa pela indicação aliou-se a uma preocupação com a responsabilidade em escrever sobre um processo que tem como fundamento/objetivo a elaboração do novo Estatuto da UFPB, reestruturada a partir da separação dos *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, que constituem hoje a UFCG. Processo de fundamental importância para nós que fazemos a UFPB, pois é a ocasião propícia e tão esperada para serem articulados os mecanismos normativos que nortearão esta nova fase da Universidade Federal da Paraíba. Após uma longa espera, poderemos atualizar/modificar os instrumentos que estabelecem os nossos procedimentos administrativos, traçar diretrizes acadêmicas mais adequadas a um contexto social mais dinâmico, mais ágil, mais exigente, bem diferente do existente quando da elaboração de nosso atual Estatuto (que tem mais de vinte anos e que recebeu, em 1998, apenas uma adequação à nova LDB).

Por estarmos iniciando este processo, prudentemente restrinjo-me agora a apontar alguns pontos:

1. este é um processo coletivo: membro ou não das comissões a serem escolhidas para elaborar/redigir/aprovar o texto do novo Estatuto, todos nós precisamos colaborar apresentando/discutindo propostas nos setores onde estamos lotados e através de nossos representantes junto aos Conselhos (Consuni, Consepe, Curador) e às nos-



Maria Yara Campos Matos

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPB.  
Diretora do Centro de Ciências Humanas. Doutora em Sociologia pela Universidade de Picardie, na França

sas entidades (Aduf, Sintesp, DCE);

2. não devemos esperar que o processo estatuinte seja a solução para os problemas/dificuldades hoje enfrentados pela UFPB ou pela Universidade brasileira;

3. o novo Estatuto não deve ser visto como a "varinha de condão" que vai criar a Universidade de nossos sonhos, mas apenas como um dos ins-

*(...) o cumprimento de nossas tarefas, o funcionamento da Universidade, dependem de um compromisso com a Instituição da qual fazemos parte, um compromisso que é pessoal (...)*

trumentos para nos aproximarmos dela.

É óbvio que um novo Estatuto poderá nos ajudar a definir objetivos, a melhor desenvolver nossas atividades, a cumprir nossas tarefas, a tornar mais ágil e eficiente a gestão administrativa, mas a realização de nossas atividades, o cumprimento de nossas tarefas, o funcionamento da Universidade, dependem de um compromisso com a Instituição da qual fazemos parte, um compromisso que é pessoal, mas que só se efetiva se firmado coletivamente. Constituições, leis, estatutos impecáveis juridicamente e "politicamente corretos" não são tão difíceis de elaborar, o mais difícil é cumprir/executar as diretrizes por eles estabelecidos.

Finalmente, como docente de um Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, registraria, neste primeiro momento, o papel importante que nossa área deverá desempenhar neste processo. Constituímos uma área que tem se destacado na UFPB, seja em relação à variedade de seus cursos de graduação e pós-graduação, que abarcam expressivamente o domínio das humanidades, seja em relação à qualificação de seus docentes ou produção científica/artística. Mas, especialmente, por tradição e dever de ofício - como sociólogos, cientistas políticos, como homens e mulheres que lidam com as letras/palavras/reflexão/sensibilidade/criação/tecnologias, que intervêm na sociedade, nos corações e nas mentes - devemos estar mais ainda disponíveis neste processo para, entre outras tarefas, apontar/delimitar/fixar o lugar dos homens - sujeitos do processo - e dos objetivos de suas ciências - produtos/finalidades de suas reflexões/ações. Estejamos prontos, é o nosso registro por agora.

## DIRETORIA "ADUFPB-JP PARATODOS"

**PRESIDENTE:** M<sup>a</sup> Aparecida Ramos de Meneses ● **VICE - PRESIDENTE:** Iedo Leite Fontes  
**SECRETÁRIA GERAL:** Terezinha Diniz ● **TESOUREIRO:** Felinto de Sousa Neto ● **DIRETOR DE POLÍTICA SINDICAL:** Aglaé A. de A. Rosendo ● **DIRETORA DE POLÍTICA EDUCACIONAL E CIENTÍFICA:** Marisete F. de Lima ● **DIRETOR DE POLÍTICA SOCIAL:** Heleodório H. dos Santos ● **DIRETOR CULTURAL:** Albérgio C. Diniz Soares ● **DIRETORA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:** Lenilma B. de Araújo ● **SUPLENTE DE SECRETARIA:** Antonio L. A. Gomes ● **SUPLENTE DE TESOUREARIA:** José Ramos do Amaral Filho



Boletins ADUF Informa nºs  
89, 90 e 91 não digitalizados  
devido ao seu formato.

03/05/2024.